

Fragmentação política favoreceu reforma previdenciária e redução de direitos



Os efeitos da reforma da Previdência do atual governo foi o tema da Live - Série ANFIP, realizada na quarta-feira (27/5), com participação do senador Major Olímpio (PSL/SP) e do consultor legislativo do Senado Federal Luiz Alberto dos Santos. Essa foi a oitava edição da série, que tem transmissão ao vivo pela página da ANFIP no [Facebook](#) e no [Youtube](#).

Pela ANFIP, participaram o presidente Décio Bruno Lopes e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero. O debate ainda contou com a participação da presidente da Fundação ANFIP de Estudos Tributários e da Seguridade Social, Margarida Lopes de Araújo.

Segundo o presidente Décio Lopes, a reforma da Previdência e a Previdência Social estiveram na pauta de todos os governos dos últimos tempos.

“Todas as emendas feitas nos últimos anos trouxeram perdas tanto para os trabalhadores da iniciativa privada quanto para os servidores públicos”. Ele lembra que nas mudanças mais recentes, promovidas por meio da Proposta de Ementa à Constituição (PEC) 6/2019, uma série de emendas ficou de fora do texto sob o argumento de que haveria uma PEC Paralela, que discutiria essas questões. O que não foi feito até agora.

“Os servidores públicos foram os mais penalizados com as últimas emendas constitucionais e continuam a serem cobrados por uma conta que não são responsáveis”, criticou o presidente da ANFIP.

Análise de cenário

Vilson Romero refletiu sobre o cenário que possibilitou a aprovação,

segundo ele, quase que unânime e extremamente rápida da proposta. “Uma reforma que se tentou em governos anteriores, de uma base extremamente liberal. Por que o cenário permitiu uma reforma que o servidor e o trabalhador vão trabalhar por mais tempo, contribuir por mais tempo e receber menos?”

Ao responder, o consultor Luiz Alberto disse que, primeiro, é importante entender o atual momento, tanto do ponto de vista social quanto econômico. “Do ponto de vista político, é claro que um governo recém-eleito tem uma capacidade de aprovação muito maior, comparado a um governo de transição, como foi o do presidente Michel Temer, de aprovar uma agenda de reformas”. [Continua na Próxima Página](#)

Conselho de Representantes
promove reunião ordinária virtual
Página 3

Auditores Fiscais mobilizam trabalho
regional em defesa do servidor
Página 4

Entidades reforçam importância do
serviço público
Página 5

De acordo com o especialista, vários países vêm produzindo e implementando reformas previdenciárias ao redor mundo e esse debate influenciou a formulação tanto da PEC 287/19, no governo Temer, quanto da PEC 6/20, do presidente Jair Bolsonaro. “A PEC 287 abriu caminho, ela desgastou um pouco as forças de oposição, consumiu energias e, quando o presidente Bolsonaro tomou posse, ele já encontrou um terreno aplainado, sabendo quais eram os maiores pontos de resistência e apresentou, no lugar de adotar a proposta anterior, uma nova proposta. E focou naquilo que era o seu norte, que era a redução do déficit público e do déficit público de longo prazo”.

Do ponto de vista social, continuou Luiz Alberto, “houve uma fragmentação das forças que se opunham à PEC e uma certa alienação da sociedade em relação a esse debate”. “Esse aspecto da reação da sociedade é muito importante. Os partidos de oposição atuaram de forma descoordenada, não tivemos atuação do movimento sindical, que foi enfraquecido com a reforma trabalhista, que tirou recursos dos sindicatos, e não tivemos mobilização social, um pouco causada também pelo contexto político que estamos vivendo em que há uma divisão entre as forças da sociedade. Tudo isso criou condições para que esta proposta fosse aprovada com uma certa rapidez”, analisou.

Alíquota progressiva

Margarida Lopes de Araújo, presidente da Fundação ANFIP, falou sobre recentes estudos da Fundação que mostram que a Emenda 103 trouxe profundas reformas tanto do Regime Geral quanto no regime dos servidores públicos (RPPS). “Uma coisa que nos chamou muito atenção foi sobre as contribuições que vão sendo

cumulativas, que, além de aumentar essa contribuição, criou uma situação de muito estresse para o servidor, porque cria a contribuição progressiva. O servidor que contribuía com 11% sobre a sua remuneração, hoje entram naquela tabela entre 14% e 22%. E essa alíquota, somada com o imposto de renda do mesmo ente, que incide sobre renda e proventos, cria uma contribuição bastante excessiva ao nosso ver sobre o servidor”, avaliou.

O consultor Luiz Alberto afirmou que esse tema é um dos mais difíceis de um equacionamento. “Essa discussão ocorreu durante a tramitação da PEC, que deu origem a essa Emenda Constitucional 103, e não encontrou terreno fértil e ouvidos nem na Câmara nem no Senado, precisamente pelo imediatismo da necessidade tanto dos governos estaduais quanto da União de aumentar os ingressos com vistas a reduzir o déficit público”, explicou.

“Naquela época, o Supremo Tribunal Federal se pronunciou dizendo que a tanto a progressividade quanto a elevação dessas alíquotas teriam caráter confiscatório, infringindo, portanto, a Constituição, que veda contribuição em caráter confiscatório. Não podemos ter certeza de que o STF irá reverter essa infeliz decisão do Congresso Nacional”, enfatizou Luiz Alberto.

Pressão política

O senador Major Olímpio, também durante o debate virtual, lembrou das pressões do governo federal sobre os parlamentares para a aprovação da reforma da Previdência. “Foi pedido um esforço sobre-humano, principalmente a mim, que tenho convicções de que os servidores públicos fazem parte da solução, não do problema do Brasil, diferentemente do que pensa a linha do governo”, afirmou, ao criticar posições do governo em relação aos servidores

que “chegam a ser irresponsáveis”.

“Naquele momento [da reforma da Previdência], me pediram um sacrifício e eu vejo que foi um grande sacrifício que arrancou direitos, garantias mínimas daqueles que são solução. Eu não quero justificar nenhuma das situações, eu acabei votando dentro desse esforço, dentro da economia pedida de R\$ 800 bilhões, mas, sendo sabedor que a grande parcela de sacrifício ficou para a área pública. Não estou aqui me desculpando nem nada disso. Se fosse fazer a votação naquela forma que foi pedida, ‘nós temos isso ou estamos arrebatados’, e naquele momento foi preponderante a manifestação de acompanharmos o projeto do governo. Eu acompanhei, dentro de uma lealdade de um grupo político que dizia que ‘nós temos isso e teremos compensações à frente’”, disse o senador.

Sobre a PEC Paralela, ainda não apresentada pelo governo, Major Olímpio afirma que é mais uma proposta que irá impactar de forma negativa o serviço público. “Quando fala em nova reforma da Previdência, se fala em nova arrebatada ao serviço público. Nós não discutimos as coisas com a profundidade com que ela deva existir. Eu só digo o seguinte, não existe ânimo no Senado hoje para que se viabilize uma nova reforma previdenciária, ao contrário, o Senado é que se equalizou a possibilidade de uma PEC Paralela e que possa reparar por justiça”.

Ele garante que permanecerá atuando em seu mandato em favor do serviço público e do funcionalismo: “Vamos ter muitos embates pela frente, pois o processo de satanização dos servidores está plenamente em curso. Não vou largar a luta. Estarei nesses seis anos e meio ali na trincheira, na defesa do serviço público”.

Expediente Linha Direta

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251.8100
Whatsapp: (61) 98289.5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Taynara Aires e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIO
Manina Rodrigues
Thayná Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

Conselho de Representantes realiza reunião ordinária

A quase a totalidade dos 27 presidentes e representantes das Estaduais da ANFIP, liderados pela coordenadora do Conselho de Representantes (CR), Dulce Wilennbring de Lima, promoveram na segunda-feira (25/5) reunião ordinária virtual para discutir e delibear diversos assuntos de competência e atribuição estatutária e regimental do Conselho.

A reunião prosseguiu com a seguinte pauta: análise de Resolução Conjunta dos conselhos da ANFIP; votação de ata da reunião anterior; esclarecimentos sobre alteração do Regimento Interno do CR; definição dos Integrantes da Comissão de Finanças; esclarecimentos sobre Cooperativa de Crédito; eleição para renovação da Mesa Coordenadora e mandato da Mesa Coordenadora atual do CR; e assuntos gerais.

Quando ao mandato da Mesa Coordenadora, cuja eleição, gestão 2020/2021, regimentalmente ocorreria no mês de maio e por voto direto, em razão do isolamento social, ficou definido que o pleito será realizado na primeira reunião presencial, com previsão para agosto próximo, desde que sejam favoráveis as decisões das autoridades de saúde em decorrência da pandemia de Covid-19. Em razão de não ser possível realizar a eleição conforme



definido no Regimento Interno do CR, foi definida a prorrogação do mandato da atual Mesa Coordenadora até a realização da eleição.

A reunião do CR, na forma do Estatuto da ANFIP, teve sua abertura oficial feita pelo presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, que na oportunidade destacou o momento delicado pelo qual toda a sociedade está passando com o isolamento social e a importância de adaptação da ANFIP a este momento, e destacou: “Se estamos todos aqui é porque estamos com saúde. Isso permite que a gente agradeça e continue nossas atividades”. Décio Lopes ressaltou

que a ANFIP manteve sua agenda de ações, adaptando-a a esse período, e que continua trabalhando, e até muito mais. “Administrar a distância não é fácil, mas não deixamos de cumprir os nossos compromissos”, garantiu.

A reunião também contou com a participação da vice-presidente de Aposentadorias e Pensões da ANFIP, Tereza Liduína Santiago Félix, que apresentou um projeto que, a partir de tese apresentada pela associada Sandra Tereza Paiva Miranda, está em formatação e que objetiva a integração social, familiar e comunitária de todos os associados. A proposta deve funcionar em parceria com as Estaduais.

Live - Série ANFIP analisa alterações em regulamento da Funpresp

A alteração do regulamento de planos de benefícios da Funpresp será o tema da próxima Live - Série ANFIP, na quarta-feira (3/6). Para analisar e debater a pauta, a ANFIP recebe o diretor-presidente da Funpresp, Ricardo Pena, e o diretor-presidente da Funpresp-Jud, Amarildo de Oliveira. A transmissão, ao vivo, você acompanha a partir das 10 da manhã nas plataformas digitais.

Live Série ANFIP - “FUNPRESP - Alteração de Regulamento de Planos de Benefícios”

Com:

- Ricardo Pena - Diretor-Presidente da Funpresp
- Amarildo Vieira de Oliveira - Diretor-Presidente da Funpresp-Jud
- Décio Bruno Lopes - Presidente

- da ANFIP
- Marcio Gheller - Vice-presidente Executivo da ANFIP
- Floriano José Martins - Vice-presidente da ANFIP-SC e membro do

conselho curador da Fundação ANFIP
Assista aqui: Facebook ANFIP
- www.facebook.com/anfip.nacional
ou Youtube ANFIP - <https://www.youtube.com/user/Anfipoficial>.

ANFIP e Frente aprovam trabalho regional de mobilização



Em continuidade aos trabalhos realizados na última semana, a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público voltou a se reunir na segunda-feira (25/5) para apresentação de demandas e de novos encaminhamentos em defesa do servidor público. O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da Entidade, José Arnaldo Gonçalves Ferreira, participaram da teleconferência, que foi conduzida pelo assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero.

Representantes das carreiras que compõem a Frente Parlamentar debateram

como principais pontos: a Medida Provisória 966/20, que responsabiliza agentes públicos em atos durante a crise sanitária oriunda da Covid-19 mesmo com as ressalvas do Supremo Tribunal Federal (STF); o Projeto de Lei Complementar 39/20, que trata do socorro emergencial aos entes federados, porém, congela os salários dos servidores públicos pelos próximos anos; a promoção de atividades com foco nacional em defesa do servidor e do serviço público; e as expectativas do fim do trabalho remoto com garantia de segurança ao funcionalismo.

Além disso, os participantes apresentaram os pontos de vista das

associações, sindicatos, federações, confederações e centrais frente ao vídeo da reunião ministerial divulgado em 22 de maio com autorização do ministro do STF, Celso de Mello.

O presidente da ANFIP, Décio Lopes, reforçou a união das entidades perante ao cenário de instabilidade. “Se a gente não se unir, a gente vai se desconfigurar. Esse nosso trabalho sendo realizado também nos estados com apoio das federações e das confederações será muito valioso. Podem contar com o suporte das regionais da ANFIP na participação de eventos programados”. Já o vice-presidente José Arnaldo apontou que “o funcionalismo tem suas armas para enfrentar o inimigo”.

Após os debates, Romero falou sobre a importância de as entidades permanecerem trabalhando com foco nos parlamentares. “Não podemos esquecer que a nossa unidade vai fazer a diferença nas conquistas. Sugiro também que na próxima reunião uma comissão formada pelas categorias apresente os resultados e os pontos principais do período home office para debatermos os cenários. Precisamos também continuar os trabalhos nas redes sociais com cards em apoio ou não aos projetos que tramitam no Congresso Nacional”, deliberou o assessor.

Fonacate ingressa com pedido de *amicus curiae* contra o fim do teletrabalho

O Fórum Nacional de Carreiras de Estado (Fonacate), do qual a ANFIP é integrante, em articulação com a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, presidida pelo deputado federal professor Israel Batista (PV/DF), ingressou na segunda-feira (25/5) com pedido de *amicus curiae* na Ação Civil Pública protocolada pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) com o objetivo de impedir o retorno precipitado ao trabalho presencial em áreas não essenciais do Executivo Federal.

Na petição, elaborada pelo escritório Torreão Braz Advogados, o Fonacate ressalta que recentes decisões de gestores do Ministério da Cultura, do Turismo e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que anteciparam a convocação dos servidores, “a despeito de todas as

recomendações de especialistas quanto à necessidade de isolamento social enquanto a curva de propagação do vírus está em fase de ascensão”, reforçam a urgência da matéria.

Para o Fórum, é necessário ainda tomar medidas cabíveis para a segurança dos servidores, dentre elas aquelas enumeradas no art. 6º do Decreto distrital nº 40.817, de 22 de maio de 2020, perfeitamente aplicáveis a quaisquer outros entes/estados da federação: garantir a distância mínima de dois metros entre as pessoas; fornecimento de EPI e de álcool em gel 70% a todos os empregados, colaboradores, terceirizados e prestadores de serviço; exigir a utilização de máscaras de proteção facial; organizar escala de revezamento de dia ou de horários de trabalho; proibir a participação nas equipes de trabalho de pessoas consideradas do

grupo de maior risco, tais como idosos, gestantes e pessoas com comorbidades graves e/ou respiratórias; manter os banheiros e demais locais do ambiente de trabalho higienizados e com suprimentos suficientes; aferir e registrar a temperatura de todos os servidores, empregados, terceirizados, estagiários e demais pessoas que adentrarem às repartições públicas.

“Ante o cenário de calamidade na saúde pública, o estabelecimento de home office aos servidores que exercem atividades que independem da presença física no local de trabalho não pode estar sujeita à oportunidade e conveniência de cada autoridade pública. A medida deve ser uniforme e isonômica, alcançando todos aqueles que, pela natureza de suas atividades, possam permanecer em isolamento social”, diz trecho do documento.

Entidades do Fonacate reforçam importância do serviço público

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, acompanharam nesta quarta-feira (27/5) um debate importante para o país: “Serviço público e os direitos fundamentais”.

Promovido pelo Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), do qual a ANFIP é integrante, o debate foi um resgate da reflexão sobre o fortalecimento do serviço público diante da crise sanitária e econômica. “Em vez de colocarem granada no nosso bolso, por que não reconhecem a importância do servidor e do serviço público?”, questionou Décio Lopes aos debatedores, que foram mediados pela jornalista Vera Batista, do Blog do Servidor.

Os constantes ataques também foram criticados pelo assessor Vilson Romero, que considera o debate um “momento importante para destacar os direitos fundamentais dos servidores, especialmente quando, em âmbito federal, sofrem assédio de toda ordem”.

Além da crise sanitária e econômica, Rudinei Marques, presidente do Fonacate, destacou a crise moral em curso. “O ministro da economia ataca reiteradamente todo o funcionalismo. Os servidores estão dando mais que cota de contribuição, muitos estão dando suas vidas para superar a crise”, disse. Além daqueles que atuam na linha de frente, como servidores da saúde e da segurança pública, o país conta ainda com aqueles que atuam na retaguarda, como os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, quando desembaraçam em tempo recorde insumos e equipamentos destinados ao combate à pandemia.

Marques também lamentou que a crise tenha evidenciado ainda mais a desigualdade social. “Tivemos quase 100 milhões de pessoas buscando benefício social. Não se pode concordar que o país esteja nesta situação”, lamentou. Levar o debate a espaços públicos, segundo ele, ajudará a tirar o país da crise.

Juarez Freitas, jurista e professor de Direito abordou a essencialidade do serviço público. Segundo o jurista, o serviço público tem características de tamanha relevância, como a universalidade, essencialidade e



titularidade, portanto é justo que os agentes públicos que o prestam sejam tratados com extrema dignidade. “São pessoas humanas e prestadoras de um serviço absolutamente essencial. Nessa perspectiva nós temos mais de 11 milhões de servidores públicos que fazem parte desse universo de agentes que não podem ser tratados como inimigos”, disse. O professor também citou a importância de uma mudança de paradigma para que o país saia de uma política amigo versus inimigo entre os servidores públicos e o Estado.

Freitas expôs ainda que está na hora de colocar em pauta os serviços públicos digitais. Em sua opinião, todo serviço público que puder ser prestado online e a distância deverá ser feito desta forma. “É uma questão de qualidade do serviço, não faz nenhum sentindo pretermos o teletrabalho, principalmente nesse momento em que passamos por uma pandemia”, afirma.

Do ponto de vista do Parlamento, essa relação do serviço público e a sociedade foi abordada pelo deputado federal Marcelo Ramos (PL/AM). O parlamentar citou, simbolicamente, a reunião ministerial do dia 22 de abril, pois dali, disse, “tiramos lições do que não deve ser feito na administração pública e na relação com os servidores e a sociedade”. Para o parlamentar, quando um governo não tem planejamento, ele erra nas prioridades e, conseqüentemente, nos gastos. O mais grave daquele encontro, segundo ele, foi o silêncio sobre os mais de 23 mil mortos por Covid-19, as 600 mil empresas fechadas, o 1,5 milhão de brasileiros que perderam seus postos de trabalho. “O mais grave

foi a omissão sobre o que realmente importa para o país e isso tem relação com o funcionamento da administração pública. Na execução das políticas não se prioriza o que é mais importante. Um Estado para ser eficiente, coordena a execução dos gastos públicos com as prioridades da nação”, avaliou.

Na ocasião, ocorreu o lançamento do livro *Erosão de direitos: Reformas Neoliberais e assédio institucional*, de Lawrence Estivalet, professor da UFPR, em parceria com o Fonacate. A obra aborda o assédio institucional presente no serviço público e, segundo o autor, também faz uma análise de um conjunto de medidas normativas que não são apenas reformas constitucionais, que modificaram a Constituição nos últimos anos. Para ele, é grave que uma medida provisória, um ato normativo excepcional e provisório, venha contra a Constituição e seja considerada constitucional. “Que tipo de funcionamento do Estado é este?”, questionou.

Para o professor, estamos diante de uma situação que precisamos de uma noção de público em profundidade, que respeite os fundamentos do Estado brasileiro referentes à dignidade da pessoa humana, cidadania, valor social do trabalho. “Esses valores fundamentais estão expressos no artigo 1º da Constituição, e não podem ser afastados nesse momento em que nós estamos vivendo uma pandemia. Certamente o servidor público é colocado a desempenhar um papel ainda maior do que o que já desempenhava”, destaca.

O debate completo está no [youtube](#) do Fonacate do Fórum.

ANFIP participa de live da Condsef sobre a crise nacional



O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, acompanhou a live realizada pela Confederação de Trabalhadores no Serviço Público (Condsef), realizada na terça-feira (26/5), sobre os efeitos e os desafios impostos com a pandemia da Covid-19, com participação da secretária sub-regional da Internacional dos Serviços Públicos no Brasil (ISP), Denise Motta Dau.

Na live, a dirigente da ISP abordou

a segurança dos profissionais que estão na linha de frente do combate à doença e chamou atenção para a necessidade de forte investimento em políticas públicas no mundo. No Brasil, ela demonstrou preocupação com as ações do governo federal e projetos recentes aprovados no Congresso Nacional que vão em direção contrária a essa necessidade.

Denise Dau também aproveitou para apresentar a campanha "Trabalhadores

protegidos salvam vidas", que reúne dados sobre os profissionais que estão atuando contra a pandemia. A secretária disse que o Brasil é o segundo país com maior número de trabalhadores da saúde contaminados e mortos, tendo superado Espanha e Itália, juntos.

Vilson Romero ressalta que, "com a pandemia, percebemos que a Seguridade Social (nosso Estado do Bem-estar Social tupiniquim) cada vez mais é fundamental para mitigar o sofrimento do Brasil desigual".

Ele aproveitou para saudar a entidade organizadora do debate virtual: "Saudamos a iniciativa da Condsef, entidade que congrega importante segmento dos servidores públicos federais, pela possibilidade de seguir nos debates acerca das crises sanitária, econômica e política que o Brasil atravessa nestes dias conturbados".

Também participou da videoconferência a ex-ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e, na mediação, a adjunta da Secretaria de Política Sindical e Formação da Condsef, Elna Melo.

Entidade debate direitos dos servidores na pandemia

O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, acompanhou a live promovida pela Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) na quinta-feira (28/5). Os representantes da assessoria jurídica da entidade Glênio Ferreira, Luís Fernando Silva e Marcelo Trindade abordaram os direitos dos servidores em tempos de pandemia com foco nas últimas ações da entidade.

Geap

O advogado Luís Fernando Silva abriu a palestra explicando a situação da Geap Autogestão em Saúde, plano de saúde dos servidores públicos. "Estamos há alguns anos tentando reduzir os impactos nos reajustes das mensalidades dos servidores, mas, infelizmente, essas ações não se aplicam ao Código de Defesa do Consumidor". Luís Fernando frisou que os servidores públicos têm custeado com até 88% do valor total do plano, mas que a Fenasp tem "judicializado ações para reverter esse cenário".

Avaliações de desempenho

"O trabalho remoto é uma situação excepcional que trouxe dificuldades e desafios. Por isso, a necessidade de haver a suspensão de avaliações de desempenho nesse período de calamidade pública no INSS, na Anvisa e nos ministérios da Saúde e do Trabalho", avalia o advogado Glênio Ferreira. Para o assessor, o período requer segurança jurídica para o pagamento das gratificações do próximo ciclo sem prejuízos aos servidores.

Concurso no INSS

Reforçando a preocupação com o quadro de pessoal do INSS, o advogado Marcelo Trindade pontuou que o governo federal deve se atentar para esse problema que tem se mostrado há tempos. "Tentaram colocar sete mil militares e terceirizados para suprir uma demanda que não corresponde a eles. O INSS precisa de concurso público, de servidores de carreira".

O fim do teletrabalho

Em contribuição ao debate, o assessor Vilson Romero alertou sobre a segurança dos servidores públicos em

relação ao retorno das atividades em seus respectivos órgãos. "As entidades de classe e o governo devem avaliar com cautela a retomada ao trabalho presencial. Não podemos voltar sem um mínimo de suporte como equipamentos de proteção individual, termômetros, estações de trabalho higienizadas, condições de distanciamentos e outros pontos fundamentais para a nossa proteção contra a Covid-19".

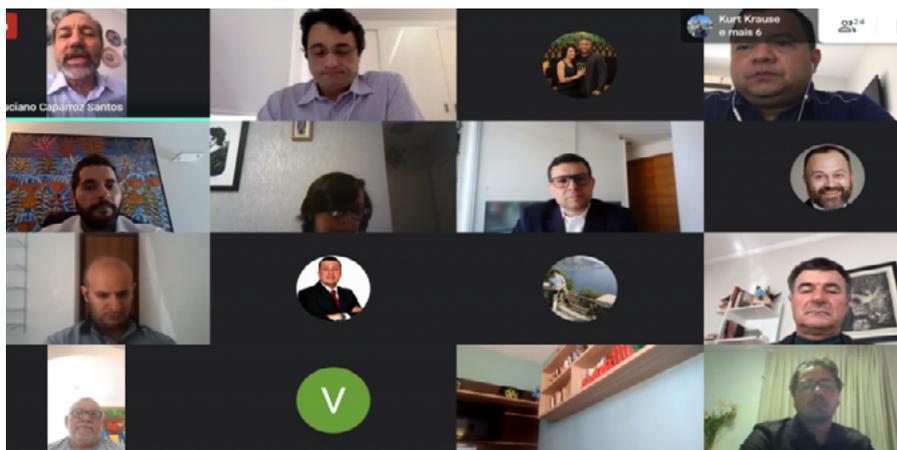
Durante a live, foram abordados também: a suspensão administrativa de adicionais de insalubridade/periculosidade em razão do trabalho remoto; o pagamento em grau máximo, para quem trabalha diretamente com a pandemia; o Decreto 10.238/2020 (consignações em folha de pagamento); os reflexos do PLP nº 39 sobre a categoria; os direitos e deveres dos servidores públicos no trabalho home office em tempo de pandemia; as alíquotas progressivas de contribuição previdenciária (EC nº 103/2019); e as contratações temporárias no Ministério da Saúde.

MCCE realiza videoconferência com entidades parceiras

A ANFIP acompanhou a segunda reunião on-line do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), representada pelo vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, e pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Romero. A videoconferência, realizada na quarta-feira (27/5), teve como foco as Eleições das Prefeituras Regionais de 2020 e o Seminário Nacional de Juizes, Promotores e Advogados Eleitorais (VI SENAJE), promovido anualmente pela entidade e que possivelmente terá, pela primeira vez, uma edição virtual.

Outros projetos em andamento são o ‘Combate Sistêmico à Desinformação nas Eleições 2020’, o ‘Fortalecimento da rede: Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político no Brasil’ e o ‘Democracia Digital - Eleições 2020’, cujo objetivo é construir redes de articulação e mobilização com a participação de públicos estratégicos nos estados. A possibilidade de adiamento das Eleições e o Compliance Eleitoral também fizeram parte da pauta.

Segundo o presidente do MCCE, Luciano Caparroz, a entidade encaminhou um ofício ao novo



presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, com o objetivo de dar boas-vindas e estreitar o diálogo do Movimento com a presidência do TSE, de modo a permitir uma maior participação da sociedade civil nos temas que dizem respeito às eleições e notadamente ao pleito deste ano. O MCCE se colocou à disposição para colaborar com o TSE nas tratativas e encaminhamentos relativos ao tema.

“As decisões sobre adiamento ou não da realização das eleições municipais devem ser acompanhadas muito de

perto pela sociedade e pelo MCCE, em especial, pois esse é o pleito que diz mais diretamente a todos os cidadãos em suas comunidades”, afirmou Vilson Romero.

Mediante audiência pública virtual, a diretoria do Movimento apresentou uma iniciativa do Ministério Público de São Paulo, que deliberou sobre um termo de compromisso público a ser assinado pelos partidos políticos, cujos compromissos, basicamente, dizem respeito à integridade e à transparência nos atos relativos às próximas eleições, visando o combate às fake news - notícias falsas.

Debate avalia importância dos servidores para o fortalecimento do Estado social

O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, acompanhou nesta quinta-feira (28/5) mais um debate virtual que colocou em pauta a importância dos servidores públicos para o fortalecimento do Estado diante das crises de saúde, econômica e política.

Vladimir Nepomuceno, consultor político, e Valdete Severo Souto, juíza e presidente da Associação Juizes para a Democracia (AJD), foram os convidados da conferência on-line “A crise política em meio às crises econômica e sanitária: desdobramentos e saídas para o funcionalismo público”, promovida pela Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União).

Os debatedores convergiram em suas falas ao alertar para a necessidade de os servidores intensificarem ações pelo fortalecimento de direitos. Nepomuceno prevê a suspensão da realização de

concursos, a prorrogação de prazos dos certames, atraso na posse de aprovados, congelamento salarial, plano de demissão voluntária em estados e municípios. Além disso, alertou, “Rodrigo Maia e outros defendem revisitar a reforma da Previdência, a trabalhista e intensificar a administrativa”. Já quanto à reforma tributária, o consultor avaliou que ela virá para simplificar. “Não vão tributar lucros e dividendos, nem aplicação financeira, nem grandes fortunas”, acredita.

Neste ponto, Vilson Romero ponderou, em questionamento ao consultor, que a pandemia deixou claro que o sistema de Seguridade (o Estado do Bem-Estar Social) deve ser fortalecido. “Devemos fortalecer nossa Seguridade ao invés de enveredarmos para o Estado mínimo defendido pelo atual governo”, comentou.

Valdete Severo Souto também concorda que não existe Estado sem serviço público e a pandemia traz essa

realidade de forma concreta. “Já tínhamos a percepção do que enfrentaríamos e temos enfrentado uma lógica que diariamente nos impõe muita força de vontade para seguir atuando”, disse. A juíza criticou ainda o cumprimento de metas, já que elas são baseadas em quantidade e não em qualidade. O resultado disso, segundo avaliou, é o adoecimento. Acrescido a isso, vem o teletrabalho que, no Judiciário, aumentou em 30% a carga de trabalho. “Precisamos batalhar para que o teletrabalho tenha regulação”, frisou. Os servidores, segundo explicou, merecem a mesma racionalidade de proteção ao trabalho.

Vilson Romero acrescentou ao debate não só a importância da regulação da carga horária no teletrabalho quanto a necessidade de se observar pontos como o acréscimo de gastos com energia e internet, além da adequação física do ambiente.

O debate completo pode ser conferido no canal da Fenajufe no [youtube](#).

ANFIP acompanha webconferência sobre os Regimes Próprios de Previdência Social



O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, acompanhou na quinta-feira (28/5) a webconferência “Reforma da Previdência e as medidas obrigatórias para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) estaduais e municipais”. Promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), o debate traz um momento importante de discussão sobre as mudanças nos RPPS decorrentes à reforma da Previdência.

O debate foi mediado por Filipe Leiria, vice-presidente do Sindicato de Auditores Públicos Externos do TCE-RS. Segundo ele, falar sobre a Emenda Constitucional nº 103/2019 é sempre um desafio, pois, traz uma tensão entre os direitos sociais e os aspectos econômicos ligados a austeridade, e sobre quais os limites da capacidade de legislar, seja da União, estados ou municípios.

O primeiro debatedor, Domingos Augusto Taufner, conselheiro vice-presidente do TCE-ES e ex-gestor de RPPS, falou sobre as medidas obrigatórias para os estados e municípios. O conselheiro explicou que atualmente os estados e municípios não são obrigados institucionalmente a aderir a Reforma da Previdência como um todo, mas, devem acatar os itens obrigatórios. “Se não aderirem à reforma totalmente, o Tribunal de Contas e o governo federal não podem retalhar o município ou estado. Porém, o município deve assumir o risco das consequências financeiras

e atuariais, pois, se muitos estados e municípios não conseguem hoje pagar a remuneração dos seus trabalhadores em dia sem a reforma, terão mais dificuldade nos próximos anos”.

Domingos Taufner elencou alguns itens obrigatórios que devem ser seguidos, entre eles estão a alíquota mínima de 14%, que é a da União. Mas, que também poderá ser progressiva. Se o município optar pela progressiva ele não pode resultar receita menor que a anterior.

Além disso, o vice-presidente destacou alguns pontos de interesse para municípios que fazem parte do Regime Geral de Previdência Social (RGPS): rompimento do vínculo do servidor público para quem se aposentar; proibição de complementar aposentadorias concedidas pelo RGPS, salvo nos casos de extinção do RPPS; não poderão ser criados novos RPPS; não poderá mais incorporar vantagem em caráter temporário ou de exercício de função de confiança ou cargo de comissão; haverá compensação previdenciária em todos os regimes, inclusive entre regimes próprios; é possível cobrar o déficit atuarial da contribuição previdenciária sobre o valor da aposentadoria ou pensão que supere o salário mínimo; foi aberta a possibilidade de concessão de empréstimos consignados para os servidores, segundo critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, e a vedação do parcelamento de moratória de até 60 meses.

O debatedor afirmou que ainda

há muito a organizar. “Tem muita lei, projetos em elaboração, e muita instrução para sair. A jurisprudência vai encaminhando, porque a reforma é recente e ainda há vários municípios e estados se regulamentando”, disse.

Inácio Magalhães Filho, conselheiro do TCDF e autor do livro “Lições de Direito Previdenciário e Administrativo no Serviço Público”, foi o segundo convidado a discutir o tema. “É importante entender que a EC nº 103/19 promoveu uma alteração profunda no sistema previdenciário brasileiro, mesmo tempo que desconstitucionalizou algumas regras, constitucionalizou outras”, afirma.

O conselheiro falou sobre o parágrafo 13, do artigo 37, que constitucionalizou com instituto de readaptação, que não tinha previsão constitucional. “É possível que um servidor público que tiver limitação da sua capacidade, física e mental ser readaptado, desde que se observe habilitação de escolaridade, responsabilidade e atribuições com remuneração do cargo de origem”, disse. Destacou também que a emenda não modificou a aposentadoria compulsória, embora houvesse um debate de reduzir a aposentadoria compulsória para 70 anos o fato é que, não há modificação, portanto, permanecem as normas anteriores.

Inácio Filho expôs ainda que a alteração na previdência não atingiu uma categoria significativa no nosso país que são os militares, “ela procedeu um retrocesso em relação ao controle das inativações das pensões e aposentadorias nos estados”.

Em participação, o assessor da ANFIP, Vilson Romero, ponderou se governadores e prefeitos irão atuar firmemente para a aprovação da chamada Pec Paralela (133/19). “Interessa aos estados ter uma mesma aposentadoria? Fica o questionamento de como vão proceder no âmbito da Pec Paralela”.

O debate completo está no [youtube](#) do TCE-RS.

ANFIP debate medidas tributárias do fisco em live na terça-feira (2/6)

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, participa na próxima terça-feira (2/6) da live “Dez medidas tributárias emergenciais para o enfrentamento da crise provocada pela Covid-19”, promovida pela Maritime Law Academy (Mlaw), às 19 horas, no instgram @mlaw.academy. O debate contará com a participação do advogado e professor Luiz Henrique Oliveira.

A Mlaw Academy, que oferece cursos de pós-graduação nas áreas marítima, portuária, comércio exterior e aduana, tem promovido lives de extrema importância com a participação de juristas e empresários de renome, analisando temas complexos. Uma série de debates já

**DEZ MEDIDAS TRIBUTÁRIAS EMERGENCIAIS
PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE
PROVOCADA PELA COVID-19**

LIVE

CESAR ROXO MACHADO
Auditor Fiscal e
Vice-Presidente da ANFIP

LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA
Advogado e Professor
da MLaw

TERÇA-FEIRA 02 DE JUNHO | 19H

foi realizada com outras entidades do fisco, abordando o assunto sob óticas distintas. O material é disponibilizado também no canal da Mlaw no youtube.

ANFIP Conectada reúne associados de Goiás

Buscando levar informações diretamente aos associados nos estados, tem início na quinta-feira (4/6) o projeto ANFIP Conectada, que reunirá associados de Goiás, desta vez, considerando a atual situação de saúde pública, via plataformas digitais. Na oportunidade, todos os conselheiros estarão presentes, tendo como principal objetivo levar dados atualizados das áreas Jurídica e Assistenciais.



Você, associado de Goiás, receberá mais detalhadas, assim como o link de acesso à reunião. Esperamos vocês!

BENEFÍCIOS

Plataforma de benefícios da ANFIP oferece variedade de produtos

Precisando de eletrodoméstico? Acesse a plataforma de benefícios exclusiva da ANFIP e receba em casa o que você precisa. Além da facilidade de escolher tudo pela internet, nossos

associados têm descontos especiais.

Você também pode conferir na plataforma as maiores lojas de varejo on-line, que oferecem produtos com até 40% de desconto e entrega em todo

Brasil. Fast Shop, Casas Bahia, Ricardo Eletro, Ponto Frio, Extra, Magalu e muito mais.

Acesse anfip.temvantagens.com.br e confira.

Cruzeiro do Sul disponibiliza novos cursos a distância gratuitos

A rede educacional Cruzeiro do Sul, parceira da ANFIP, lançou cursos exclusivos e gratuitos para os associados que desejam dar um upgrade no currículo de forma rápida e intensiva.

São temas diversos, de cunho prático e carga horária reduzida, além de aulas que podem ser acessadas virtualmente, de onde você estiver.

Acesse o site [https://cursos.](https://cursos.maisconteudoparavoce.com.br/)

[maisconteudoparavoce.com.br/](https://cursos.maisconteudoparavoce.com.br/) e escolha o material que mais combina com você! Lembrando que os cursos ficarão disponíveis até o dia 30 de junho de 2020.

FIXAS

Espaço para Histórias Fiscais tem conto novo toda semana

Para resgatar a memória cultura da Entidade, publicamos semanalmente Histórias Fiscais reunidas, originariamente, em duas publicações lançadas na década de 1990: “Fiscalização Previdenciária – Uma viagem através do tempo”,

com 143 contos escritos por colegas de todo país, resultado do I Concurso Nacional de Histórias Fiscais, lançado em 1991, e o Histórias Fiscais II, de 1994, com 109 contos narrando passagens e experiências vividas no dia-a-dia da fiscalização, resultado de

concurso realizado em 1993.

Confira na editoria Histórias Fiscais, em www.anfip.org.br, os contos de nossas publicações. Conheça também a história da qual você faz parte! Boa Leitura!

Podcast ANFIP apresenta informações em áudio

Confira no Podcast ANFIP, tanto na página da Entidade na internet quanto no Soundcloud, os principais debates promovidos pela ANFIP nas

redes sociais. As lives da Série ANFIP também podem ser conferidas em áudio. Ouça! Compartilhe!

Como acessar: digite [soundcloud.com](https://www.soundcloud.com)

e, em busca, digitar ANFIP. O canal da Entidade é o primeiro da lista. Basta seguir nosso canal e conferir os áudios disponíveis.

DETALHES E OUTRAS INFORMAÇÕES: WWW.ANFIP.ORG.BR